

A necessidade de medidas eficazes contra o déficit

A subida de tom nas declarações do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, sobre a questão do déficit público não decorre apenas, queremos crer, de um recurso de oratória, eventualmente empregado para convencer platéias reticentes. Sem dúvida, o local — Washington, onde o ministro se encontrava anteontem para contatos com autoridades governamentais norte-americanas, banqueiros e dirigentes de organismos multilaterais — e a platéia — correspondentes da imprensa brasileira — poderiam justificar uma resposta um pouco mais incisiva a essa pergunta que, de tão repetida, já se tornou corriqueira. Entretanto, para alguém que assumiu o cargo há menos de dois meses anunciando o abandono de medidas heróicas e que vinha sustentando que o déficit seria controlado pelo cumprimento estrito do orçamento, não há dúvida de que as últimas declarações do ministro a respeito do assunto revelam uma mudança.

O controle do déficit, disse o ministro, envolverá a adoção pelo governo de medidas "algumas corajosas, outras até impopulares". Afirmou também que "o governo e a sociedade brasileira têm de se convencer de que o ajustamento do déficit público é importante para o País", mesmo porque, entre outros benefícios, o ajustamento permitiria obter "um bom acordo na área externa".

Embora não concordemos com a distribuição da culpa pelo déficit à sociedade brasileira, pois quem tem a responsabilidade de administrar o Tesouro é o governo, essas declarações do ministro nos renovam a esperança de que, enfim, medidas mais sérias e eficazes sejam tomadas para conter o desequilíbrio crescente das contas do setor público. No orçamento geral da União aprovado pelo Congresso para este ano, como se sabe, está previsto um déficit de CZ\$ 1,5 trilhão. Todavia, como o orçamento foi elaborado com uma previsão inflacionária de 120% para este ano — número que nos parece totalmente irrealista, dado o

patamar já atingido pela elevação dos preços —, ele está sendo revisado pelo governo, havendo técnicos que já projetam o déficit em, no mínimo, CZ\$ 3 trilhões.

Mas não é apenas em razão de uma inflação subestimada que se produzirá um déficit maior do que o previsto. O aumento real dos gastos com pessoal, que tem caracterizado a atual administração federal apesar das promessas em contrário, dos gastos com os juros da dívida e dos gastos com transferências a estados e a municípios — estes, por vezes, com critérios no mínimo discutíveis, como se tem divulgado — é que constitui o problema principal, até agora irresolvido porque enfrentado (se o foi) sem a necessária decisão pelo governo. A esse respeito, vale registrar a advertência feita por um alto funcionário que acompanhou o ministro em seus contatos em Washington, de que, se o governo não fizer o que é preciso na política fiscal, a economia entrará em situação de descalabro até junho.

O aspecto da renegociação da dívida externa, lembrado pelo ministro como uma das razões para se buscar o ajustamento das contas públicas, é, sem dúvida, importante, mas não pode ser determinante da ação do governo. Um eventual acordo com o Fundo Monetário Internacional não pode ser apresentado como justificativa para um aperto fiscal e muito menos para se produzir uma nova recessão econômica, embora, a nosso ver, seja até bem-vinda uma ajuda de fora para convencer o governo a conter o déficit cortando suas despesas de custeio.

O fato de o ministro da Fazenda ter feito declarações mais incisivas sobre o assunto agora, quando está no exterior, sugere também que ele está em busca de maior apoio político interno para executar a tarefa. Esse apoio pode faltar dentro do próprio governo, mas o ministro pode estar certo de que ele tem a seu lado a maior parte da sociedade brasileira, que são os contribuintes de impostos.